



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
CONFERE

PREGÃO ELETRÔNICO

90.003/2026

Contratante (UASG)

Conselho Federal dos Representantes Comerciais – Confere (389047)

OBJETO

Registro de Preço para contratação de solução tecnológica de Gestão de Capital Humano (HCM) objetivando a gestão unificada e Integrada de administração de recursos humanos, folha de Pagamento e demais workflows típicos da área, na modalidade SaaS – Software como Serviço, do inglês Software as a Service (SaaS).

VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

R\$ **535.370,00** (quinhentos e trinta e cinco mil, trezentos e setenta reais) anualmente.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia: **17/03/2026 às 10h (horário de Brasília).**

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor Preço

MODO DE DISPUTA

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM



EDITAL¹

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90.003/2026

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº008/2025)

Torna-se público que o CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS - Confere, por meio da sua Gerência de Aquisições, com sede no SBS, QDR 02, Bloco Q, Edifício João Carlos Saad – 14º andar, SLS. 1401 a 1406, Brasília – DF, CEP 70070-120, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o Registro de Preço para contratação de Gestão de capital Humano (HCM) objetivando a gestão unificada e integrada de administração de recursos humanos, folha de pagamento e demais workflows típicos da área, na modalidade SaaS – Software como Serviço, do inglês software as a Service, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em 04 (quatro) itens, conforme tabela constante no item 1.2 do Termo de Referência.

1.2.1. Relativamente aos grupos, faculta-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes ao órgão gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam na minuta de Ata de Registro de Preços.

¹ Adaptado do modelo de Edital da Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União / Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação / Atualização: NOV/2025.



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte, figuras equiparadas e para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015, bem como para bens e serviços produzidos com tecnologia produzida no país e bens produzidos de acordo com processo produtivo básico, na forma do art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991 e art. 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.7.3. sociedades cooperativas;



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

3.7.4. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.7.5. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.6. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.7. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.8. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.9. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.10. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.11. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.7.12. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

3.9. O impedimento de que trata o item **3.7.7.** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens **3.7.5.** e **3.7.6.** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens **3.7.5.** e **3.7.6.** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.14. A vedação de que trata o item **3.8.** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.15. A vedação de que trata o item **3.7.11.** justifica-se pela baixa complexidade do objeto, além dos itens que compõem cada grupo serem indissociáveis sob o ponto de vista funcional, exigindo atuação coordenada e responsabilidade única pela execução do objeto, especialmente no que se refere à prestação dos serviços, ao suporte técnico, à manutenção e à gestão operacional da solução.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1. e 9.13.2. deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir de benefício.



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.6.1. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.5. cujo sócio ou titular seja, administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos,



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.8. A falsidade da declaração de que trata o item **5.5.** e **5.7.** sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

5.13.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.13.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item **5.13.** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário e total do item; e

6.1.2. Marca;

6.1.3. Fabricante;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para a contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. Apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização e a responsabilização pelo



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato ou outro instrumento hábil.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O Pregoeiro/Agente da Contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **1% (um por cento)**.



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

7.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.13.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da IN SEGES/ME nº 73, de 2022, incluído pela IN SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.13.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.13.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13.6. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.14. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.14.1. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do artigo 25 da IN SEGES/ME nº 73, de 2022, incluído pela IN SEGES/MGI nº 79, de 2024.

7.14.2. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item **7.14.**, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.14.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.14.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

7.14.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.14.6. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.14.7. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.15. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.20. Será concedido ao licitante que estiver em 1º (primeiro) colocado o prazo de até 15(quinze) minutos para que se manifeste via chat, quando solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação, caso isso não ocorra o licitante será desclassificado por falta de comunicação e será chamado o próximo licitante utilizando os mesmos critérios.

7.21. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.22. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

7.22.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação.

7.22.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.23. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.23.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

7.23.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.23.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.23.4. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

7.23.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.23.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.23.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.24. Será assegurado o direito de preferência previsto no artigo 3º da Lei nº 8.248, de 1991, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010, nos seguintes termos:

7.24.1. Após a aplicação das regras de preferência para microempresas e empresas de pequeno porte, caberá a aplicação das regras de preferência, sucessivamente, para:

7.24.1.1. bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB), na forma definida pelo Poder Executivo Federal;

7.24.1.2. bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País; e

7.24.1.3. bens e serviços produzidos de acordo com o PPB, na forma definida pelo Poder Executivo Federal, nos termos do art. 5º e 8º do Decreto 7.174, de 2010 e art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991.

7.24.2. Os licitantes classificados que estejam enquadrados no item Erro! Fonte de referência não encontrada., na ordem de classificação, serão convocados para que possam oferecer nova proposta ou novo lance para igualar ou superar a melhor proposta válida, caso em que será declarado vencedor do certame.



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

7.24.3. Caso a preferência não seja exercida na forma do item Erro! Fonte de referência não encontrada., por qualquer motivo, serão convocadas as empresas classificadas que estejam enquadradas no item Erro! Fonte de referência não encontrada., na ordem de classificação, para a comprovação e o exercício do direito de preferência, aplicando-se a mesma regra para o item Erro! Fonte de referência não encontrada.. caso esse direito não seja exercido.

7.24.4. As licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174, de 2010, terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.

7.25. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.26. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.26.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.26.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.26.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.26.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.27. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.27.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.27.2. empresas brasileiras;

7.27.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

7.27.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.28. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.28.1. Será informado no chat da sessão pública, a data, hora e local do sorteio; se possível no mesmo dia, a ser realizado no site sorteio.com (ou outro compatível), com transmissão ao vivo no YouTube, nas redes sociais do Confere ou outra plataforma de streaming.

7.28.2. Haverá lavratura de ATA de sorteio, com presença de testemunhas, que será incluída no processo administrativo.

7.29. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.29.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.29.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.29.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.29.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.29.5. O Pregoeiro/Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de até **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

7.29.6. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.30. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.7. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

8.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.5.1. conter vícios insanáveis;

8.5.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.7. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação, que comprove:

8.7.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.7.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

8.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.13. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.14. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.15. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.16. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF quando o Pregoeiro/Agente de Contratação julgar necessário.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

9.9. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos:

9.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.11. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação.

9.12. A verificação no Sicafe ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.13. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item Erro! Fonte de referência não encontrada., poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até **02 (duas) horas**, para:



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

9.13.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.13.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.13.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.14. Esgotado o prazo estabelecido sem o encaminhamento da documentação complementar, caberá ao Pregoeiro / Agente de Contratação avaliar a possibilidade de concessão de novo período. Não havendo prorrogação, considerar-se-á preclusa a oportunidade conferida ao licitante, resultando em sua consequente inabilitação.

9.15. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro / Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.1.

9.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, se procederá à assinatura da Ata de Registro de Preços e caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de até **05 (cinco)** dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 05(cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

b) disponibilizar acesso ao sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 05 (cinco) dias úteis; ou

c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 05(cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2. e 10.3. poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.9. Em caso de prorrogação da ata, **poderá** ser renovado o quantitativo originalmente registrado.



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados por meio do correio eletrônico: cpl@confere.org.br

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame.

14.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação.

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível.

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva.

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra.

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

14.1.6. fraudar a licitação.

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei.

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento.

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. Advertência.

14.2.2. multa.

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto.

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública.

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de **10 (dez)** dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens **14.1.1., 14.1.2. e 14.1.3.**, a multa será de **0,5% a 15%** do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens **14.1.4., 14.1.5., 14.1.6., 14.1.7., 14.1.8. e 14.1.9.**, a multa será de **15% a 30%** do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **14.1.1., 14.1.2. e 14.1.3.**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **14.1.4., 14.1.5., 14.1.6., 14.1.7., 14.1.8. e 14.1.9.**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens **14.1.1., 14.1.2. e 14.1.3** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preços, bem como em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, conforme disposto no item **14.1.3.**, configurará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à aplicação das penalidades cabíveis previstas na legislação e nos instrumentos convocatórios pertinentes, nos termos do art. 45, §4º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do correio eletrônico: cpl@confere.org.br



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

16.4. A adjudicação e homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.4.1. Após a adjudicação e a homologação da licitação, será realizada, a assinatura da Ata de Registro de Preços, a qual não implica, por si só, obrigação de contratação. A assinatura do contrato ou de outro instrumento equivalente ocorrerá posteriormente, apenas se e quando houver interesse da Administração, observadas as condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços e a legislação vigente.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico: www.gov.br/compras e www.confere.org.br/licitacoes.php

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. ANEXO I – Termo de Referência e seus anexos.

16.11.2. ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços.

16.11.3. ANEXO III – Modelo de Proposta Comercial.

16.11.4. ANEXO IV – Minuta de Termo de Contrato.

Brasília/DF, data e hora conforme certificado digital.²

Documento assinado digitalmente
gov.br MARCELA FERNANDES DOS SANTOS
Data: 24/02/2026 11:13:12-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Marcela Fernandes dos Santos
Assessora Jurídica

² Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
CONFERE

ANEXO I

Termo de Referência

UASG 389047 CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS

1. Definição do objeto:

1.1. Contratação de solução tecnológica de Gestão de Capital Humano (HCM) objetivando a gestão unificada e Integrada de administração de recursos humanos, folha de Pagamento e demais workflows típicos da área, na modalidade SaaS – Software como Serviço, do inglês Software as a Service (SaaS).

1.1.1. A contratação inclui **implantação, parametrização, migração de dados, treinamento e**, garantindo conformidade com as exigências do e-Social e com a **suporte técnico contínuo** legislação trabalhista, previdenciária e fiscal vigente.

1.2. Os itens listados devem compor uma solução integrada. Caso o(s) Conselho(s) delibere(m) pela contratação de todos os módulos, estes deverão ser contratados em conjunto, com um único fornecedor responsável por sua oferta, implantação, suporte e manutenção, de forma a garantir a compatibilidade e a plena integração entre os sistemas.

GRUPO 01						
Item	Descrição	Catser	Unidade Medida	Quant.	Valor Estimado Unitário	Valor Estimado Total
01	A contratação do Software de Folha de Pagamento visa automatizar e integrar de forma completa os processos de cálculo de salários, encargos sociais, impostos, benefícios e demais obrigações trabalhistas, garantindo plena conformidade com a legislação vigente e uma transição eficiente para o eSocial.	26077	Licença / Mensal	144	R\$ 1.483,00	R\$ 213.552,00
02	A contratação do módulo de Portal do Colaborador visa criar uma plataforma digital onde os colaboradores possam acessar informações			120	R\$ 627,50	R\$ 75.300,00



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

	relacionadas à sua gestão, como dados pessoais, contracheques, histórico de férias, solicitações de folgas e outros serviços relacionados ao RH. Este portal será um ponto de interação entre os funcionários e a equipe de RH, proporcionando autonomia aos colaboradores e otimizando o processo de comunicação interna.					
03	A contratação do módulo de Controle de Ponto visa centralizar e automatizar o registro da jornada de trabalho dos colaboradores, incluindo a marcação de presença ou o registro completo, com entradas, saídas, intervalos e horas extras. O módulo deve garantir o monitoramento eficiente dos horários, conformidade com as normas trabalhistas e a geração de relatórios detalhados para a área de RH, assegurando fácil acesso aos dados para gestores e colaboradores. Integração sistema folha.			120	R\$ 526,60	R\$ 63.192,00
04	Migração e Implantação.		Unidade	11	R\$ 16.666,00	R\$ 183.326,00
Valor Estimado Total						R\$ 535.370,00

1.3. Fazem parte desta contratação os seguintes órgãos do Sistem Confere/Cores:

EMPRESA	SIGLA	ITENS CONTRATADOS	CNPJ
Conselho Federal dos Representantes Comerciais	CONFERE	Item 01 ao Item 04	34.046.367/0001-68
Conselho Regional dos Representantes Comerciais da Bahia	CORE-BA	Item 01 ao Item 04	15.176.951/0001-93
Conselho Regional dos Representantes Comerciais do Ceará	CORE-CE	Item 01 ao Item 04	07.340.847/0001-64
Conselho Regional dos Representantes Comerciais do Distrito Federal	CORE-DF	Item 01	00.331.165/0001-46
Conselho Regional dos Representantes Comerciais de Minas Gerais	CORE-MG	Item 01 ao Item 04	17.314.360/0001-60
Conselho Regional dos Representantes Comerciais do Pará	CORE-PA	Item 01 ao Item 04	04.974.325/0001-26



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

Conselho Regional dos Representantes Comerciais do Paraná	CORE-PR	Item 01 e Item 04	76.683.358/0001-28
Conselho Regional dos Representantes Comerciais do Rio de Janeiro	CORE-RJ	Item 01 ao Item 04	34.046.409/0001-60
Conselho Regional dos Representantes Comerciais de Rondônia	CORE-RO	Item 01 ao Item 04	84.646.397/0001-83
Conselho Regional dos Representantes Comerciais de Santa Catarina	CORE-SC	Item 01 ao Item 04	83.896.068/0001-28
Conselho Regional dos Representantes Comerciais de São Paulo	CORE-SP	Item 01 ao Item 04	60.746.179/0001-52
Conselho Regional dos Representantes Comerciais do Tocantins	CORE-TO	Item 01 ao Item 04	04.301.976/0001-55

1.4. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.5. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado de forma sucessiva, conforme a necessidade da Administração e desde que mantidas as condições que a justifiquem, observando-se o limite máximo de 10 (dez) anos para contratações de prestação contínua, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5.1. O serviço ora contratado é classificado como de natureza continuada, uma vez que sua interrupção comprometeria diretamente a execução das atividades do setor de Recursos Humanos, especialmente no que se refere ao fechamento da folha de pagamento e ao controle de pessoal. Trata-se de uma atividade-meio da Autarquia, mas de fundamental importância para assegurar a regularidade das obrigações legais e trabalhistas.

1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.7. A contratada deve cumprir com todos os requisitos e demais condições estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar, anexo deste instrumento.

2. Fundamentação da Contratação.

2.1. A presente contratação justifica-se pela imperiosa necessidade de gestão dos macroprocessos da área de Recursos Humanos e Gestão de Pessoas.

2.2. A área é responsável pela geração fundamental das informações relativas às obrigações trabalhistas e previdenciárias, sendo crucial que o sistema de gerenciamento dessas informações seja íntegro, seguro e completo em todos os workflows da área.

2.3. A contratação de um software especializado para a gestão da folha de



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

pagamento, controle de ponto eletrônico e disponibilização de portal do trabalhador mostra-se essencial para assegurar maior eficiência, precisão e conformidade nas rotinas de Recursos Humanos, destacando-se os seguintes benefícios:

2.3.1. Automatização de Processos: automatização de cálculos complexos, reduzindo a probabilidade de erros humanos e garantindo precisão nas remunerações.

2.3.2. Conformidade Legal: atualizações de acordo com as mudanças na legislação trabalhista, assegurando que a empresa esteja em conformidade com todas as exigências legais e fiscais.

2.3.3. Eficiência Operacional: processamento ágil da folha de pagamento, otimizando relatórios de gestão e contábil, aumentando a transparência.

2.3.4. Segurança de Dados: Protege informações sensíveis de funcionários, utilizando criptografia e outras medidas de segurança para evitar vazamentos e acessos não autorizados.

2.3.5. Relatórios Detalhados: Gera relatórios completos e precisos que podem ser utilizados para a análise de custos, controle financeiro e tomada de decisões estratégicas.

2.3.6. Acessibilidade: acesso a informações e documentos importantes para os funcionários, como recibos de pagamento e comprovantes de rendimentos, por meio de portais ou aplicativos.

2.3.7. Integração com Outros Sistemas: possibilidade de integração, principalmente a contabilidade, garantindo um fluxo contínuo de informações e maior eficiência.

3. Descrição da Solução:

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópicos específicos do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação:

4.1. São aqueles que estão discriminados no Estudo Técnico Preliminar e, ainda:

4.2. Sustentabilidade:



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

4.3. Dos critérios de sustentabilidade, devem ser atendidos os requisitos sociais, ambientais e culturais que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

4.4. Subcontratação:

4.4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.5. Garantia da contratação:

4.5.1. Não haverá exigência da garantia da contratação, conforme previsão dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. Vistoria:

4.6.1. Estará franqueada aos interessados a vistoria ao nosso parque tecnológico;

4.6.2. A visita técnica *in loco* poderá ser realizada nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, no período de 10h às 16h (horário de Brasília-DF), na sede deste Conselho;

4.6.3. As empresas interessadas deverão, previamente, agendar a visita para realização da vistoria técnica pelo telefone (61) 3225-3663 ou via e-mail: cpl@confere.org.br;

4.6.4. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

4.6.5. Durante a vistoria, serão disponibilizadas ao licitante, em formato digital, as informações técnicas necessárias sobre os processos atuais, volumetria de dados, integrações requeridas e demais aspectos relevantes para a elaboração da proposta, resguardadas as informações sigilosa.

4.6.6. A visita técnica não será obrigatória nem tampouco será exigida com fins de habilitação, constituindo-se, pois, numa faculdade a sua realização. Contudo, as empresas interessadas em participar deste processo licitatório poderão se valer desta prerrogativa, caso necessitem de esclarecimentos adicionais para elaboração de suas propostas;

4.6.7. Não serão aceitas alegações posteriores quanto ao desconhecimento das condições e grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

acréscimo de preço em decorrência da execução do objeto deste termo de referência e anexos;

4.6.8. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e condições técnicas necessárias para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, estejam elas expressas neste Termo de Referência ou constatadas através de vistoria.

4.7. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

a. O objeto de contratação é a utilização de sistema informatizado de gestão de recursos humanos e departamento pessoal, na modalidade de Software como Serviço, do inglês *Software as a Service* (SaaS).

b. A solução da empresa vencedora deverá garantir a aderência de 100% dos quesitos listados no item das "REQUISITOS FUNCIONAIS" e seus respectivos subitens.

c. A solução deverá atender aos macroprocessos de recursos humanos, com as devidas funcionalidades descritas neste termo de referência, observando as características e particularidades do Conselho como Autarquia Pública Federal e suas formas de contratação de empregados.

d. O sistema deverá ser implantado, assim que o contrato for assinado, seguindo cronograma de implantação acordado entre as partes.

e. Os macroprocessos e funcionalidades estão descritos nos itens a seguir.

4.7.1. Módulo de Administração de Pessoal e Folha de Pagamento

4.7.1.1. Fornecer o módulo de administração de pessoal, folha de pagamento e benefícios em ambiente de computação em nuvem, incluindo garantia, manutenção corretiva e evolutiva do módulo por 12 (doze) meses e suporte técnico, a contar da data de aceite definitivo.

4.7.1.2. Permitir parametrizar cálculos diversos no sistema, inclusive com índices de incidência diferenciados de acordo com cada provento ou rubrica recebida pelo servidor.

4.7.1.3. Atender integralmente aos instrumentos legais vigentes (leis, decretos, jurisprudências, normas regulamentadoras, convenções coletivas e orientações da Administração Pública).



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

4.7.1.4. Permitir o cadastro, manutenção e controle de empregados, estagiários e contribuintes individuais (RPA), com dados pessoais, contratuais, funcionais e cadastrais completos.

4.7.1.5. Permitir a importação e exportação de cadastros de pessoal, em formato aberto (CSV, XLSX, JSON ou XML).

4.7.1.6. Registrar histórico de movimentações de cargo, salário, função, centro de custo, local de trabalho, dependentes, benefícios e vínculos sindicais.

4.7.1.7. Permitir a criação de complementos de verbas (proventos, descontos, adicionais, gratificações etc.), para inclusão em lote ou individualmente pelo usuário administrador.

4.7.1.8. Permitir até nove dígitos numéricos para criação de códigos de verbas, garantindo flexibilidade e compatibilidade com tabelas oficiais.

4.7.1.9. Permitir o cadastro automático de feriados nacionais, estaduais e municipais, para cálculo correto de DSR e eventos trabalhistas.

4.7.1.10. Permitir o cálculo automático e parametrizável de folha mensal, quinzenal, complementar, diferenças e folhas retificadoras, com prévia de conferência.

4.7.1.11. Realizar cálculos em conformidade com a legislação vigente quanto aos tributos patronais, impostos de renda, previdência, FGTS e encargos correlatos.

4.7.1.12. Permitir alterações de salário, função e lotação em lote ou individualmente.

4.7.1.13. Enviar alertas automáticos, parametrizáveis por e-mail, para prazos e processos (férias, vencimentos, periódicos, pagamentos etc.), com periodicidade ajustável.

4.7.1.14. Permitir auditoria completa de dados manipulados, incluindo log de operações e identificação de usuários.

4.7.1.15. Permitir o registro numérico sequencial ilimitado e automático de RPA.

4.7.1.16. Emitir guias de tributos referentes a pagamentos de RPA, INSS e IRRF, conforme legislação vigente.



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

4.7.1.17. Permitir contabilização dos proventos e descontos (folha, férias, verbas rescisórias), com importação/exportação de planilhas no layout contábil adotado.

4.7.1.18. Permitir integração contábil automatizada, com exportação para sistemas externos nos formatos CNAB, CSV, JSON ou TXT, vinculando centros de custo e contas contábeis.

4.7.1.19. Permitir geração e envio de arquivos CAGED, SEFIP, DIRF, RAIS e demais obrigações acessórias, conforme prazos e formatos legais.

4.7.1.20. Permitir o cálculo e processamento dos valores de recolhimento de tributos federais e previdenciários (IRRF, FGTS, PIS/PASEP, INSS, eSocial).

4.7.1.21. Permitir a parametrização do desconto sindical de forma automática e/ou manual, com emissão da guia de recolhimento e relatórios de auditoria.

4.7.1.22. Calcular automaticamente folhas retificadoras, diferenças retroativas e ajustes decorrentes de afastamentos e reintegrações.

4.7.1.23. Validar automaticamente o dígito verificador de PIS, PASEP e CPF em todos os pontos de entrada de dados.

4.7.1.24. Permitir reintegração de funcionário, mantendo histórico e benefícios anteriores.

4.7.1.25. Permitir controle de férias, com registro de períodos aquisitivos e concessivos, geração de aviso e recibo, abono, adiantamento e histórico completo.

4.7.1.26. Validar o direito e a proporcionalidade do gozo de férias conforme a CLT e normativos internos.

4.7.1.27. Permitir cancelamento, manutenção e reproprocessamento de férias, inclusive após fechamento de folha.

4.7.1.28. Possuir workflow para aprovação eletrônica de férias e pagamentos.

4.7.1.29. Calcular automaticamente rescisões contratuais em todos os tipos (dispensa, pedido, término, justa causa, acordo), com emissão de TRCT e GRRF.



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

4.7.1.30. Permitir simulação e reprocessamento de cálculos rescisórios sem afetar competências já encerradas.

4.7.1.31. Permitir geração e processamento do 13º salário (adiantamento, parcela final e encargos), com rateio proporcional e relatórios de conferência.

4.7.1.32. Permitir o cálculo de verbas fixas e variáveis (descontos e proventos) por funcionário, aplicadas automaticamente nos recibos mensais.

4.7.1.33. Emitir relatórios financeiros, analíticos e sintéticos de folha, encargos e obrigações trabalhistas.

4.7.1.34. Permitir exportação de arquivos bancários para instituições conveniadas, nos layouts CNAB 240/400 e outros formatos adotados.

4.7.1.35. Permitir o cadastro e controle de rubricas (verbas), com incidências, fórmulas, dependências, compatibilidades e vigências diferenciadas.

4.7.1.36. Incorporar legislação federal, estadual e municipal vigente, aplicando reflexos automáticos nas tabelas e cálculos.

4.7.1.37. Permitir controle de ponto eletrônico, integração com relógios REP e aplicativos móveis, importação de marcações, faltas e horas extras.

4.7.1.38. Permitir gestão de banco de horas, compensações, atrasos e justificativas, com relatórios de conformidade.

4.7.1.39. Permitir o cadastro e controle de estagiários, com prazos, bolsas, supervisores e integração à folha.

4.7.1.40. Permitir a gestão completa dos benefícios, de forma integrada à folha, contemplando:

a) Vale-transporte – cadastro, parametrização, cálculo de descontos e relatórios por local e fornecedor.

b) Auxílio-alimentação/refeição – parametrização, cálculo de descontos e integração com fornecedores.

c) Planos de saúde/odontológicos – cadastro, integração com operadoras via leiaute específico, cálculos de descontos e relatórios consolidados.



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

d) Previdência privada e outros benefícios – parametrização, controle de custeio e relatórios de adesão e custo.

4.7.1.41. Permitir o envio automatizado de arquivos de benefícios para fornecedores e operadoras, conforme leiautes definidos.

4.7.1.42. Permitir emissão de relatórios de custos e consumo de benefícios, consolidados por diretoria, unidade e fornecedor.

4.7.1.43. Permitir integração com sistemas contábeis, financeiros e de ponto eletrônico via API ou WebService seguro.

4.7.1.44. Permitir importação e exportação de dados em formatos XML, TXT, CSV e JSON.

4.7.1.45. Permitir geração e transmissão de eventos do eSocial (periódicos e não periódicos), com dashboards de status, retornos e reenvios assistidos.

4.7.1.46. Permitir simulação e validação de eventos antes do envio oficial ao ambiente do governo.

4.7.1.47. Emitir relatórios de admissões, demissões, encargos, férias, afastamentos, vínculos e encargos patronais.

4.7.1.48. Permitir geração de fichas financeiras, relatórios de IRRF, encargos e obrigações acessórias por período.

4.7.1.49. Disponibilizar painéis e dashboards de indicadores de RH e BI (custo com pessoal, absenteísmo, headcount, movimentação, folha por centro de custo).

4.7.1.50. Permitir personalização de relatórios, filtros e consultas dinâmicas com exportação para Excel, PDF e CSV.

4.7.1.51. Permitir personalização de atalhos e menus favoritos para acesso rápido às rotinas mais utilizadas.

4.7.1.52. Garantir o controle de logs, histórico de operações e rastreabilidade de todas as ações executadas pelos usuários.

4.7.1.53. Possuir mecanismos de segurança da informação, autenticação multifator e criptografia de dados sensíveis.

4.7.1.54. Assegurar a integridade e reversibilidade dos dados, permitindo



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

exportação completa e auditável ao término da vigência contratual, sem ônus adicional.

4.7.1.55. Possibilitar que o funcionário passe a ocupar cargo comissionado (função de confiança), com possibilidade de reversão ao cargo original.

4.7.1.56. Manter histórico de movimentações e nomeações para funções de confiança.

4.7.1.57. Permitir a criação de tabelas de cargos e salários, com flexibilidade para definir diferentes níveis, cargos e faixas salariais, de acordo com as necessidades da organização.

4.7.1.58. Permitir a criação de funções, de modo que um mesmo cargo possa ter mais de uma função, possibilitando a gestão detalhada de responsabilidades e níveis hierárquicos dentro da estrutura organizacional.

4.7.1.59. Permitir a criação de faixas salariais, permitindo a configuração de salários mínimos, máximos e intermediários para cada cargo, ajustando-se automaticamente às necessidades da empresa e à legislação vigente.

4.7.1.60. Garantir que o sistema registre o cargo comissionado e ofereça suporte para a reversão de forma transparente.

4.7.1.60. Manter um histórico completo de movimentações e nomeações para funções de confiança, permitindo a rastreabilidade de todas as alterações de cargo, salário e função, com detalhamento de data, usuário responsável pela alteração e justificativas. Isso deve ser integrado ao histórico de movimentações de cargos e salários, para garantir total controle e auditoria.

4.8. Módulo de Ponto

4.8.1. Configuração do Tratamento de Ponto:

4.8.1.1. Permitir que o usuário administrador, da área de gestão de pessoas, configure a gestão do tratamento de ponto de funcionários.

4.8.2. Acesso via Nuvem:

4.8.2.1. Gerenciar o tratamento das marcações de ponto e horários por meio de uma plataforma na Nuvem (web), proporcionando mobilidade total de acesso tanto para usuários comuns quanto para administradores.



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

4.8.3. Coleta Automática de Dados:

4.8.3.1. Coletar as marcações de ponto (entradas, saídas e marcações intermediárias) provenientes de coletores biométricos (relógios de ponto ou controladores de frequência).

4.8.4. Coleta Online e Automática:

4.8.4.1. A coleta dos dados dos equipamentos biométricos de ponto deve ser preferencialmente online e automática. Caso a automação não seja viável, garantir um processo de input com o mínimo de intervenção manual possível.

4.8.5. Proibição de Inserção Manual de Dados:

4.8.5.1. Não será permitido que a equipe de gestão de pessoas insira manualmente as marcações dos relógios biométricos no sistema de ponto.

4.8.6. Validações de Ponto:

4.8.6.1. O módulo de gestão de ponto deve realizar validações automáticas de afastamentos, faixas horárias, intervalos de refeição e intrajornada.

4.8.7. Criação de Perfil de Administrador:

4.8.7.1. Permitir ao usuário administrador criar e proteger seu perfil com senha.

4.8.8. Agendamento de Importações:

4.8.8.1. Permitir a criação de agendamentos para importação das marcações de ponto para o sistema.

4.8.9. Importação Manual de Marcação:

4.8.9.1. Permitir a importação manual de marcações de ponto pelo usuário administrador, caso necessário.

4.8.10. Cadastro de Horários e Jornadas de Trabalho:

4.8.10.1. Permitir o cadastro de múltiplos horários/jornadas de trabalho.

4.8.11. Tratamento de Horas Suplementares e Faltas:



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

4.8.11.1. Possuir funcionalidades para indicar e classificar horas extras, faltas ou ausências, conforme configuração do usuário administrador.

4.8.12. Correção de Omissões ou Marcações Indevidas:

4.8.12.1. Permitir ao administrador adicionar informações complementares ou corrigir marcações incorretas, quando necessário.

4.8.13. Motivos para Justificativas de Falta:

4.8.13.1. Disponibilizar ao usuário administrador a criação de motivos pré-cadastrados para justificativas de faltas ou atrasos.

4.8.14. Justificativas de Faltas Abonadas:

4.8.14.1. Permitir que faltas sejam abonadas ou justificadas com motivos pré-cadastrados.

4.8.15. Controle de Jornadas Especiais:

4.8.15.1. Permitir o gerenciamento de jornadas de turno, incluindo trabalho em feriados, controle por carga horária, e jornadas flexíveis.

4.8.16. Alocação de Ocorrências:

4.8.16.1. Permitir a alocação das ocorrências nos dias em que realmente aconteceram.

4.8.17. Extrato de Banco de Horas:

4.8.17.1. Disponibilizar um extrato de acompanhamento do saldo do banco de horas.

4.8.18. Lançamento Manual no Banco de Horas:

4.8.18.1. Permitir que o usuário administrador realize o lançamento manual de ocorrências não geradas automaticamente no banco de horas.

4.8.19. Funcionalidades via Browser:

4.8.19.1. Permitir que todas as funcionalidades do módulo de ponto sejam executadas via navegador (web), incluindo consultas, relatórios, manutenção de escalas, e visualização de horas extras.



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

4.8.20. Relatórios de Frequência e Assiduidade:

4.8.20.1. Permitir a consulta e emissão de relatórios sobre frequência, pontualidade, dados pessoais e pagamentos dos funcionários.

4.8.21. Manutenção das Ocorrências de Frequência:

4.8.21.1. Permitir a manutenção das ocorrências de frequência (faltas, licenças, afastamentos, horas extras, etc.).

4.8.22. Tolerância para Marcações:

4.8.22.1. Permitir a parametrização do tempo de tolerância diário na marcação de ponto, conforme a legislação vigente e acordos coletivos.

4.8.23. Alertas de Irregularidades:

4.8.23.1. Permitir a configuração de alertas para irregularidades, como horas extras não autorizadas, entradas/saídas antecipadas, e intervalos não realizados.

4.8.24. Relatório de Atrasos por Setor:

4.8.24.1. Permitir a emissão de relatórios segmentados sobre índices de atraso, tanto individual quanto por setor.

4.8.25. Controle de Escala de Trabalho:

4.8.25.1. Permitir o controle e visualização das escalas de trabalho.

4.8.26. Acerto de Frequência:

4.8.26.1. Permitir que o gestor acerte as frequências diárias dentro do prazo legal exigido.

4.8.27. Bloqueio Automático de Frequências Não Liberadas:

4.8.27.1. Bloquear automaticamente as frequências que não foram liberadas.

4.8.28. Consulta de Frequência pelo Funcionário:

4.8.28.1. Permitir que o funcionário consulte sua própria frequência no portal de autoatendimento.



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

4.8.29. Consulta de Frequência pelo Gestor:

4.8.29.1. Permitir que o gestor consulte a frequência de seus subordinados.

4.8.30. Manutenção de Banco de Horas:

4.8.30.1. Permitir ao gestor manter o banco de horas dos funcionários com base nos registros de entrada e saída.

4.8.31. Lançamento de Ocorrências pelos Funcionários:

4.8.31.1. Permitir que os funcionários informem ocorrências em dias sem registros de entrada/saída, com aprovação da chefia imediata.

4.8.32. Consulta ao Banco de Horas:

4.8.32.1. Permitir a consulta ao banco de horas para visualização de créditos, débitos e saldo final.

4.8.33. Consulta a Horas Extras:

4.8.33.1. Permitir a consulta a horas extras realizadas pelos funcionários.

4.8.34. Alertas de Divergências nas Marcações:

4.8.34.1. Permitir a configuração de alertas sobre divergências nas marcações, como horas extras acima do permitido, intervalos não realizados, e marcações irregulares.

4.8.35. Relatórios de Divergências de Marcações:

4.8.35.1. Permitir a geração de relatórios individuais e coletivos sobre divergências nas marcações de ponto.

4.8.36. Atendimento à Portaria MTP 671/21:

4.8.36.1. Atender integralmente às exigências da Portaria MTP 671/21.

4.8.37. Gestão de Faltas Abonadas ou Descontadas:

4.8.37.1. Permitir ao gestor cadastrar se a falta do funcionário será abonada, descontada ou debitada do banco de horas.



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

4.8.38. Licença Amamentação:

4.8.38.1. Permitir o controle e a gestão de licença amamentação, conforme a legislação vigente.

4.8.39. Cadastro de Feriados e Compensações:

4.8.39.1. Permitir o cadastro e o controle de feriados estaduais e federais, bem como o gerenciamento de pontes e compensações.

4.8.40. Parametrização de Compensações:

4.8.40.1. Permitir a parametrização de compensações dentro de um período estabelecido pela empresa (diárias, mensais, trimestrais, etc.).

4.8.41. Identificação de Eventos para Cálculo de Folha de Pagamento:

4.8.41.1. Permitir a identificação dos eventos a serem utilizados no cálculo da folha de pagamento.

4.8.42. Justificativas de Ponto:

4.8.40.1. Permitir o cadastramento individual ou coletivo de justificativas para faltas ou outras ocorrências no ponto.

4.8.43. Controle de Vale Refeição:

4.8.43.1. Permitir o cálculo do desconto de vale refeição, considerando o valor gasto e o percentual a ser descontado, incluindo os cálculos para rescisão de contrato.

4.8.44. Movimentação de Vale Refeição:

4.8.44.1. Permitir o encaminhamento de movimentações de vale refeição para o fornecedor por meio de leiaute específico.

4.9. Portal do Gestor e Colaborador

4.9.1. Permitir o funcionário consultar contracheque, informe de rendimentos, aviso de férias, recibos de férias, espelho/relatório da folha de ponto e outros documentos diversos necessários à comunicação empresa-empregado, como comunicados gerais, por exemplo.



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

4.9.2. Permitir ao funcionário o acesso ao seu ponto a qualquer momento com os registros atualizados do dia.

4.9.3. Permitir a inserção no Módulo interativo do funcionário, por parte do usuário administrador, de avisos, informes, documentos e outros, como normativos da Instituição e da área de gestão de pessoas. Nesse caso, possibilitar também que tais informações no módulo interativo dos usuários possam ser alteradas e excluídas pela área de gestão de pessoas.

4.9.4. Permitir que o colaborador consulte e altere (atualize) alguns de seus dados cadastrais a serem definidos (exemplo: endereço residencial, estado civil, formação acadêmica, etc.), bem como os de seus dependentes e pensionistas, com submissão à validação posterior pelo RH, via workflow, anexando os arquivos comprobatórios quando necessário (formatos: PDF, JPEG, BMP, etc.).

4.9.5. Permitir ao gestor acertar a frequência diária dentro do prazo legal exigido, emitindo alertas sobre esse prazo.

4.9.6. Permitir ao funcionário/estagiário consultar sua própria frequência no módulo interativo dos usuários.

4.9.7. Permitir consulta ao banco de horas para visualização de todas as ocorrências de crédito/débito do banco de horas e o saldo final do funcionário.

4.9.8. Permitir o acesso através de dispositivos móveis.

4.9.9. Permitir acesso através de qualquer navegador.

4.9.10. Permitir controlar o nível de acesso para cada funcionário.

4.9.11. Permitir ao funcionário solicitar férias.

4.9.12. Permitir ao funcionário alterar férias, mediante validação.

4.9.13. Permitir visualizar histórico de férias.

4.9.14. Permitir a consulta ao informe de rendimentos.

4.9.15. Permitir a geração de aviso de férias, férias vencidas e relatórios pertinentes.

4.9.16. Permitir a visualização e disponibilização de relatórios específicos desenvolvidos pela Contratada.



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

4.9.17. Fornecer um campo específico para justificativa de ocorrências de ponto por parte dos funcionários.

4.10. Relatórios Gerenciais

4.10.1. Deverá disponibilizar relatórios sintéticos e analíticos em todos os módulos para fins de decisões gerenciais.

4.10.2. Deverão estar compreendidos, mas não limitados aos seguintes relatórios:

a) Quadro de lotação e dotação (cargos e funções aprovadas, quantidade de vagas, salários aprovados, vagas ocupadas, vagas abertas, funções gratificadas, em períodos de tempo definidos em filtro).

b) Custos mensais – Custos totais com folha de pagamento, benefícios e encargos, com uso de filtro por pessoa, departamento, áreas, grupos ocupacionais e cargos.

c) Evolução de custos e despesas: relatório e gráfico que demonstrem a evolução dos custos com pessoal, utilizando filtro por período.

d) Agendamento de férias e escalonamento em emendas de feriados.

e) Possibilidade de análise gerencial sobre os indicadores de gestão de pessoas, por área, departamento, cargos, funções, grupos ocupacionais, locais de trabalho e individuais.

4.11. Interface com e-Social

4.11.1. Ser compatível com eSocial (Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas), estando em pleno funcionamento perante esta plataforma para o correto envio das informações pertinentes ao governo federal, atendendo todos os parâmetros, formatos e periodicidades legais estabelecidos pelos instrumentos legais da Administração Pública vigentes.

4.11.2. Atender integralmente à legislação do eSocial.

4.11.3. Deverá ser passível de integração com o e-Social e poder realizar a recepção, geração, gestão e envio de todos os arquivos (mensageria), inclusive de arquivos gerados por outros softwares, desde que no formato XML do eSocial.



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

4.11.4. Permitir fazer a governança dos eventos e transmissões, realizando o controle de protocolos de retorno.

4.11.5. Fazer a consistência dos leiautes antes do envio.

4.11.6. Contemplar qualquer alteração legal.

4.12. Workflow (fluxos internos)

4.12.1. Possibilitar que os processos principais de solicitações transitem em workflow e cadeia de aprovações.

4.12.2. Permitir o cadastro de cadeia/alçadas de aprovações, em pelo menos 02 níveis.

4.12.3. Armazenar o histórico dos registros de logs de atividades no sistema, para fins de segurança e comprovações trabalhistas.

4.12.4. Armazenamento dos registros e históricos de interação (logs de acessos e eventos de inclusão, alteração e exclusão), através dos logins e perfis de acesso, pelo período mínimo de 05 (cinco) anos, a fim de assegurar o histórico legal.

4.13. Integrações

4.13.1. Gerar arquivo de exportação de relações bancárias, para processamento de pagamentos e salários, compatível com as especificações do layout CNAB240 definido pela FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos e exigido pelo sistema de pagamento bancário utilizado pelo Confere, que atualmente utiliza o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal.

4.13.2. As definições do Layout FEBRABAN CNAB240 podem ser encontradas no Portal FEBRABAN em <https://portal.febraban.org.br/pagina/3053/33/pt-br/layout-240>.

4.13.3. O sistema deverá gerar o arquivo de exportação dos dados de pagamentos e salários conforme especificação do layout que estará apto a ser importado no Portal do Banco do Brasil.

4.13.4. O sistema deverá estar apto a processar o arquivo de retorno do banco e identificar com mensagens didáticas ao usuário do sistema possíveis ocorrências de erro (rejeição), de forma que o Confere possa identificar claramente a falha no pagamento para algum(ns) funcionário(s) e tomar as ações corretivas necessárias.



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

4.13.5. Para fins de auditoria, o sistema deverá gerar relatório com histórico de ocorrências de erro (rejeição) e quitações dos pagamentos por período a ser especificado, por funcionário, por grupo de funcionários e por todos os funcionários.

4.13.6. Na alteração ou atualização do Layout FEBRABAN CNAB240, a empresa contratada deverá providenciar a atualização do sistema sem qualquer custo adicional para o Confere.

4.12.7. Na descontinuidade do Layout FEBRABAN CNAB240, a empresa contratada deverá providenciar a atualização do sistema para o novo layout que venha a substituí-lo, sem qualquer custo adicional para o Confere.

4.13.8. Na ocorrência de mudança da instituição financeira pelo Confere, se necessário, o layout deverá ser adaptado para a nova instituição financeira sem qualquer custo adicional ao órgão.

4.13.9. O sistema deverá possuir o recurso de exportação de dados compatível com padrão SQL de banco de dados (pelo menos nos formatos de arquivo de texto separado por vírgula - .csv) para interface com sistema contábil.

4.13.10. O sistema contábil utilizado é o SISCONT.NET, desenvolvido pela empresa Implanta Informática.

4.13.11. Deverá prever a possibilidade futura, caso o Confere identifique a necessidade, de integração cadastral junto ao software de avaliação de desempenho através de WebServices.

4.14. Requisitos Funcionais

Gestão e Acesso ao Sistema

4.14.1. A solução deve disponibilizar em tempo real as informações processuais cadastradas em banco de dados único e permitir a gestão total dos processos.

4.14.2. Permitir a definição de perfis de utilização individuais ou de grupos.

4.14.3. Disponibilizar recursos de gestão do perfil de usuários, habilitando ou desabilitando telas, relatórios e consultas por usuário.

4.14.4. Todo acesso web deverá ser realizado por meio de protocolo HTTP seguro (HTTPS) com certificado criptográfico.



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

4.14.5. Oferecer sistema de ajuda com orientações sobre o uso correto e efetivo do sistema.

4.14.6. Possuir interconexão automática e manual com o módulo interativo dos usuários.

4.14.7. Permitir que o administrador tenha acesso imediato ao sistema para realizar cadastros e lançamentos rotineiros sem intermediação de terceiros.

4.14.8. Permitir definir políticas de senha por grupo de usuários, com controle de validade de senha.

4.14.9. As senhas de acesso ao sistema deverão ser diferentes para cada usuário, com acesso restrito a certas informações.

Segurança e Auditoria

4.14.10. Manter trilhas de auditoria (registro de log) das ações dos usuários, com consulta e geração de relatórios filtráveis por data, evento, usuário, módulo e horário, com distinção de cores entre os campos.

4.14.10.1. Logs não poderão ser alterados por nenhum usuário.

4.14.11. Possuir controle de log de todas as transações, com definição das operações que deverão ser monitoradas.

4.14.12. Controle de permissões de inclusão, alteração, consulta e exclusão por módulo ou tabela.

4.14.13. Possibilitar que mais de um usuário possa operar vários módulos do sistema simultaneamente.

Integração e Relatórios

4.14.14. Possuir integração nativa entre todos os módulos funcionais, sem necessidade de execução de rotinas para compatibilização de dados.

4.14.15. Possuir funcionalidade de extração de informações e integração via WebService, incluindo a geração de arquivos em todos os módulos cabíveis do sistema.

4.14.16. Permitir emitir relatórios em tela, impressos ou salvos em, no mínimo, XLS, PDF e CSV.



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

4.14.17. Permitir gerar e emitir relatórios com gráficos, fórmulas de cálculo e publicação em tempo real, respeitando o perfil de acesso do usuário, incluindo restrição à visualização de salários.

4.14.18. Disponibilizar ferramenta de criação de relatórios com interface amigável e eficiente.

4.14.19. Permitir consulta de dados e impressão de relatórios em período já encerrado.

4.14.20. Permitir a customização de relatórios, como a escolha de dados específicos (ex: índices de absenteísmo).

4.14.21. O sistema deverá possuir uma interface padrão do sistema operacional Windows.

4.14.22. Possuir atualização online dos dados de entrada, permitindo acesso às informações atualizadas imediatamente após a transação.

Usabilidade e Interface

4.14.23. Possuir padronização no uso de teclas e funções em todos os módulos para facilitar aprendizado e operação.

4.14.24. Apresentar todas as telas e relatórios no ambiente do usuário em português.

4.14.25. As operações nas funcionalidades/módulos do sistema precisam ocorrer em tempo real, crucial para a interação entre os usuários.

4.14.26. Ser compatível com a estrutura de cargos, funções, lotação, jornadas, centro de custo e todos os normativos vigentes da instituição.

4.14.27. Possuir interface com o usuário em português (Brasil).

4.14.28. Oferecer suporte via web aos usuários para tirar dúvidas de acesso ou operação do sistema.

Gestão de Pessoas e Recursos Humanos

4.14.29. O cadastro funcional deve ser compatível e/ou customizável com a estrutura de cargos, funções, lotação, jornadas, centro de custo e normativos vigentes da Instituição.



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

4.14.30. Permitir a atualização automática do quadro efetivo de vagas quando houver movimentações de pessoal: admissão, promoção, rescisão de contrato, etc.

4.14.31. Permitir o gerenciamento de prontuário do funcionário, com cadastro de ocorrências como licença maternidade, auxílio-doença, etc.

4.14.32. Permitir o cadastro e controle de estagiários, incluindo dados pessoais, agente integrador, supervisor de estágio, instituição de ensino e unidade concedente.

4.14.33. Permitir o controle de prazos para concessão de férias conforme a CLT, com alertas para vários níveis (funcionário, setor de gestão de pessoas, gestor).

4.14.34. Permitir a migração das informações de funcionários já cadastrados na instituição ao incluí-los no sistema.

4.14.35. Permitir controle de cargo, nível, função e custo para cada vínculo empregatício.

4.14.36. Permitir a vinculação de responsáveis em cada nível da estrutura organizacional.

4.14.37. Permitir o cadastro de autônomos e controle/manutenção de RPA (Recibos de Pagamento de Autônomos).

4.14.38. Permitir a manutenção da formação escolar do profissional/estagiário.

4.14.39. Permitir o controle da situação funcional na instituição.

Folha de Pagamento e Movimentação de Pessoal

4.14.40. Permitir acesso a ferramentas e rotinas para conferência da folha em qualquer nível da estrutura organizacional.

4.14.41. Permitir a geração de relatórios para emissão de holerite, arquivo bancário e folha de pagamento analítica.

4.14.42. Permitir o gerenciamento de horas extras, adicional noturno, entre outros, para composição dos cálculos de médias.

4.14.43. Permitir consultas e emissão de relatórios relacionados à frequência, assiduidade, pontualidade, dados pessoais e dados de pagamentos.



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

4.14.44. Permitir a atualização da CTPS (confeção de etiquetas e relatórios de atualizações).

4.14.45. Permitir o acionamento de rotinas específicas de movimentação de pessoal (promoções, transferências, frequência, afastamentos, rescisão de contrato, lançamentos para cálculos), de forma direta e de acordo com os níveis de permissão de acesso.

4.14.46. Permitir a manutenção de informações relacionadas a outros vínculos empregatícios para efeito de recolhimento do INSS.

4.14.47. Todos os registros deverão ser armazenados em histórico com trilha de auditoria.

Controle de Dependentes e Estagiários

4.14.48. Permitir o cadastro e controle de dependentes, com tipo de dependência.

4.14.49. Permitir o cadastro dos dependentes para Imposto de Renda e para convênio médico.

4.14.50. Permitir consultas e emissão de relatórios sobre dados pessoais dos dependentes.

4.14.51. O sistema deverá atender integralmente à Lei 11.788/2008 que regulamenta o estágio.

4.14.52. Permitir a manutenção de dados pessoais e bancários de estagiários.

4.14.53. Permitir o controle de presença e pagamento de estagiários.

4.14.54. Permitir consultas e emissão de relatórios sobre dados pessoais, pagamentos e evolução profissional dos estagiários.

4.14.55. Permitir o registro de ponto dos estagiários por interface web, com validação do superior imediato e aprovação do RH mediante comprovação documental.

4.14.56. Permitir o controle dos vencimentos de contratos de estagiários com alertas via e-mail.

4.14.57. Permitir o controle dos recessos obrigatórios de estagiários conforme a Lei do Estágio.



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

4.14.58. Permitir cálculos de pagamentos de bolsas e benefícios para estagiários.

Licenças, Afastamentos e Benefícios

4.14.59. Permitir consultas e emissão de relatórios de todos os tipos de afastamento do funcionário, incluindo férias.

4.14.60. Permitir o cadastro de tipos de licenças que interferem em indenizações de férias.

4.14.61. Permitir o controle de tipos de estabilidade conforme regras da CLT.

4.14.62. Permitir o controle de afastamentos legais, conforme artigo 473 da CLT.

4.14.63. Validar os períodos de afastamento para concessão de férias conforme a legislação trabalhista.

4.14.64. Permitir a manutenção e controle de licenças e afastamentos, incluindo as recebidas do INSS.

4.14.65. Permitir a contagem do prazo legal para pagamento dos atestados médicos e licenças junto à Previdência Social.

4.14.66. Permitir o controle antecipado de casos passíveis de encaminhamento à perícia do INSS.

4.14.67. Permitir o controle de afastamentos por doenças conforme a legislação vigente.

4.14.68. Permitir emissão de requerimento de benefício por incapacidade e último dia trabalhado.

4.14.69. Permitir a importação dos dados da base do INSS para atualização dos dados de afastamentos.

Manutenção e Atualizações

4.14.70. A contratada deverá atualizar o sistema, sem custos adicionais, em caso de mudanças de leis ou melhorias do sistema que impactem nos processos de gestão de pessoas ou folha de pagamento durante a vigência do contrato.



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

4.15. Especificações Técnicas

4.15.1. Modalidade e Infraestrutura

4.15.1.1. A solução deve ser contratada na modalidade SaaS (Software as a Service), com infraestrutura operacional em nuvem, oferecendo operações/funcionalidades online para todos os funcionários, incluindo licenças de uso/acesso para todos os usuários.

4.15.2. Responsabilidade pela Segurança e Disponibilidade

4.15.2.1. A empresa contratada será responsável pela integridade, disponibilidade e segurança dos serviços de computação em nuvem.

4.15.3. Normativos e Requisitos de Segurança

4.15.3.1. A contratada deverá observar a Instrução Normativa Nº 5, de 30 de agosto de 2021, que estabelece os requisitos mínimos de segurança da informação para a utilização de soluções de computação em nuvem. Link para a Instrução Normativa.

4.15.4. A contratada deverá também observar a "tabela de riscos e possíveis controles associados à contratação de serviços em nuvem" elaborada pelo Tribunal de Contas da União. Link para a Tabela de Riscos.

4.15.5. Declaração de Cumprimento

4.15.5.1. O Confere poderá exigir que a contratada forneça uma declaração de cumprimento dos requisitos dos normativos mencionados e suas atualizações.

4.16. Segurança da Informação

4.16.1. O datacenter deve assegurar a disponibilidade de recursos de infraestrutura, suficientes para o bom funcionamento do sistema (espaço em disco, ocupação da CPU, fornecimento de energia ininterrupta, climatização, sistema de combate a incêndio, etc.).

4.16.2. O datacenter deve assegurar a total segurança e soberania dos dados que serão de acesso restrito aos usuários determinados pelo Confere e hospedados em território nacional.

4.16.3. A contratada fica responsável pelas consequências de possíveis usos indevidos de informações obtidas indevidamente de sua infraestrutura de TI.



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

4.16.4. Armazenamento e monitoramento de dados 24 horas por dia, 7 dias por semana.

4.16.5. Compatibilidade com os sistemas operacionais Windows 10 e superiores, MacOS X e superiores, Linux (Red Hat, Ubuntu e Suse) e, no mínimo, os seguintes navegadores: Internet Explorer, Microsoft Edge, Google Chrome, Safari e Mozilla Firefox.

4.16.6. Possibilitar o acesso aos usuários ativos no sistema durante 24 horas por dia, 7 dias por semana, garantindo o acesso simultâneo ao limite de licenças estimadas conforme descrito neste Termo de Referência.

4.16.7. Execução de backup diário, garantindo a recuperação completa do sistema e banco de dados e possibilidade de recuperação a qualquer momento, sob a solicitação do fiscal do contrato por parte do Confere.

4.16.8. Acesso ao sistema através de login e senha pessoais.

4.16.9. A solução deverá permitir a inclusão de usuários com perfis de acesso específicos, sendo no mínimo: usuário final e/ou gestor (funcionários em geral conforme suas atribuições), usuário operador (equipe de gestão de pessoas que irá realizar os cadastros, processamento dos módulos, responsabilidades legais e outros) e administrador do Sistema.

4.16.10. Possibilidade de registros de logins e logs de atividades, de modo a atender os requisitos de segurança e obrigações trabalhistas.

4.16.11. A contratada deverá garantir, através dos recursos de segurança disponibilizados para o atendimento ao cenário proposto, a inviolabilidade dos dados e dos serviços prestados. Para isso, deverão ser utilizados, além dos recursos físicos, mecanismos de controle de perímetro (Firewalls, IDSs, IPSs e afins) que garantam a disponibilidade dos serviços e servidores.

4.16.12. A inviolabilidade deverá ser garantida no armazenamento, tráfego e eventual manuseio dos dados, ou seja, durante qualquer intervenção técnica a ser realizada.

4.17. Backup e Restore

4.17.1. As rotinas de Backup deverão ser executadas pela CONTRATADA.

4.17.2. Os backups deverão ser armazenados em infraestrutura da CONTRATADA.



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

4.17.3. A CONTRATADA deverá disponibilizar software e hardware de backup e restore, sem custos adicionais ao CONTRATANTE.

4.17.4. Após o início da vigência contratual, os eventuais ajustes na rotina de backups serão definidos pela equipe técnica do CONTRATANTE, após análises junto à CONTRATADA.

4.17.5. Os backups deverão ser armazenados em repositório de armazenamento de cópias de segurança específico, com controle de acesso físico/lógico e, ainda, sistema de prevenção/proteção contra incêndios, podendo ser armazenados em disco, disco virtual ou unidade de fita LTO ou tecnologia mais atual que garanta o mesmo grau de efetividade de segurança.

4.17.6. Enquanto o contrato estiver em vigência e ao final do contrato, os backups deverão ser entregues ao CONTRATANTE.

4.17.7. As rotinas de restores deverão ser executadas pela CONTRATADA sempre por solicitação da CONTRATANTE ou em caso de pane no sistema que demande tal ação. No caso de pane, CONTRATADA e CONTRATANTE deverão atuar em conjunto para a correta validação dos dados recuperados.

4.17.8. As rotinas de execução de restores não implicarão em custos adicionais ao CONTRATANTE.

4.17.9. Os arquivos de backup devem ser armazenados obedecendo a retenção MÍNIMA de 35 dias.

4.18. Especificações Adicionais

4.18.1. Conversão e Migração de Dados:

4.18.1.1. Realizar a conversão e migração dos dados e informações do banco de dados legado para a nova solução, garantindo a preservação do histórico cadastral, financeiro, de movimentações, afastamentos e da estrutura organizacional.

4.18.2. Treinamento de Usuários de Recursos Humanos:

4.18.1.2. Fornecer treinamento para os usuários da área de Recursos Humanos, capacitando-os para o uso eficiente da solução em seus diversos módulos.

4.18.3. Adequação ao eSocial:



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

4.18.3.1. Preparar e adequar a solução para o funcionamento adequado com o eSocial, atendendo a todos os requisitos, dispositivos e prazos legais estabelecidos.

4.18.4. Garantia da Integridade dos Dados:

4.18.4.1. A solução deverá garantir a integridade dos dados constantes dos relatórios anuais, considerando, inclusive, a consistência dos dados pregressos, importados pelo sistema.

4.18.5. Cálculo de Licenças (Usuários Logados):

4.18.5.1. Considerar os seguintes números de usuários para fins de cálculo de licenças:

a) Usuários de Operação e Rotinas de Processamento (Coordenação de Gestão de Pessoas): Mínimo: 03 (três) – Máximo: 06 (seis).

b) Usuários Finais para Acesso aos Portais (Funcionários e Gestores): Mínimo: 70 (setenta) – Máximo: 140 (cento e quarenta).

c) Usuários Administradores: 02 (dois).

4.18.6. Segurança de Conexão (VPN/Datacenter):

4.18.6.1. Orientar e fornecer informações necessárias para as devidas configurações de segurança entre as redes do CONFERE e do Datacenter, garantindo uma conexão segura (VPN ou outros métodos).

5. Modelo de execução do objeto

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 15 (quinze) dias úteis da assinatura do contrato;

5.2. São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

a) Ordem de Serviço;

b) Ata de Reunião;

c) Ofício;



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

d) Sistema de abertura de chamados;

e) E-mails e Cartas;

5.3. Os critérios de medição e pagamento dos serviços prestados serão tratados em tópico próprio do Modelo de Gestão do Contrato.

5.4. O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

5.5. O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal do Contratado.

5.6. Cronograma para migração de dados:

1. Extrair os dados e informações do sistema atual para banco de dados compatível;

2. Tratar os dados extraídos e informações para importação no novo sistema;

3. Importar os dados e históricos, correção de inconsistências;

4. Conferir os dados, histórico cadastral, histórico financeiro, correção de inconsistências.

5.6.1. A migração precisa ser feita por um profissional de banco de dados (DBA - Database Administrator), capaz de identificar cada linha, coluna e dados que eram utilizados nos sistemas anteriores e fazer a correlação (De/Para) entre eles, além da análise das bibliotecas de dados e layout das tabelas. Tudo isso, com a participação do profissional responsável por Recursos Humanos - Folha de Pagamento, capaz de garantir que a consistência dos dados é verídica e funcional para o órgão.

5.7. Requisição de Disponibilidade Contínua para o Software:

5.7.1. A contratada deverá Garantir que o software esteja operacional 24 horas por dia, 7 dias por semana, sem interrupções, para atender às necessidades da Autarquia, inclusive fora do horário comercial, como durante fins de semana



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

e feriados, pois a indisponibilidade do sistema em períodos não convencionais pode impactar negativamente a produtividade e a tomada de decisões.

5.7.1.1. Requisitos para a disponibilidade:

5.7.1.1.1. Alta Disponibilidade: O software deve ser configurado para garantir seu funcionamento ininterrupto, sem períodos de inatividade planejada, salvo em situações de manutenção programada com aviso prévio de 48h.

5.7.1.1.2. Suporte Contínuo: Caso ocorra algum problema técnico, ou dúvidas do usuário sobre a parametrização ou funcionalidades da ferramenta, deve existir uma equipe de suporte pronta para agir, garantindo a resolução rápida de qualquer falha que comprometa o funcionamento do sistema. O suporte contínuo pode ser oferecido de diversas formas, comprometa o funcionamento do sistema.

Atendimento via chamadas telefônicas: Disponibilidade de uma linha direta para atendimento inicial imediato, especialmente útil para resolver problemas críticos ou emergenciais de forma rápida.

Suporte por chat ao vivo: Plataforma de chat para interação em tempo real, permitindo que os usuários relatem problemas e recebam respostas instantâneas.

Suporte por e-mail: Canal para problemas não urgentes ou para registros mais detalhados de incidentes, onde a equipe pode analisar e fornecer respostas mais aprofundadas.

Suporte via sistemas de tickets: Plataforma onde os usuários podem abrir chamados, permitindo o acompanhamento do status e histórico das soluções aplicadas.

Suporte via videoconferência: Quando necessário, pode ser oferecido suporte via vídeo para uma explicação mais clara de processos técnicos ou para resolver problemas mais complexos.

Base de consulta com dúvidas frequentes (FAQs): Disponibilização de uma base de conhecimento com respostas a perguntas comuns, permitindo que os usuários encontrem soluções rapidamente por conta própria.

Vídeos explicativos e tutoriais: Oferecimento de conteúdo multimídia, como vídeos e tutoriais passo a passo, para guiar os



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

usuários na resolução de problemas técnicos, configuração do sistema e utilização adequada das funcionalidades.

5.7.1.1.3. Backup e Recuperação: Estratégias de backup e recuperação rápidas para prevenir a perda de dados e garantir a restauração imediata do sistema em caso de falhas.

5.7.1.1.4. Monitoramento: Implementação de ferramentas de monitoramento para detectar falhas rapidamente e assegurar a continuidade do serviço.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.7. O fiscal designado pela Autarquia acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.8. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.10. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.12. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.13. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.15. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.16. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.17. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.20. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.21. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.22. Nos termos do art. 117, da Lei nº 14.133/2021, sugere-se os(as) colaboradores(as) responsáveis pelo acompanhamento da contratação: Vânia Rita Feitosa da Silva, e-mail: vania.rita@confere.org.br e Rosângela dos Santos, e-mail: rosangela.santos@confere.org.br

7. Critérios de medição e pagamento

7.1. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Liquidação

7.2. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.3. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.4. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.4.1. o prazo de validade;

7.4.2. a data da emissão;

7.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.4.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.4.5. o valor a pagar; e

7.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.6. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.7. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito da entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.10. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Prazo de pagamento

7.20. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice ICTI (Índice de Custo da Tecnologia da Informação) de correção monetária.

Forma de pagamento

7.22. A CONTRATANTE efetuará o pagamento após o ateste da Nota Fiscal, de acordo com as descrições contidas na Nota de Empenho, contrato ou outro instrumento hábil, conforme o caso, preferencialmente por boleto bancário e excepcionalmente por transferência Bancária a ser creditada na conta corrente da CONTRATADA, desde que o material/serviço tenha sido entregue/prestado integralmente, aprovado e atestado pela fiscalização da CONTRATANTE.

7.22.1. O Boleto Bancário deverá estar regularmente instruído, como CEDENTE a Contratada, como SACADO o Contratante (Confere) e sem nenhum tipo de antecipação do recebível. Sendo que o pagamento será efetuado única



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

e exclusivamente para a Contratada.

7.22.2. A CONTRATANTE seguirá a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, subdividida nas seguintes categorias de contratos: I - fornecimento de bens; II - locações; III - prestação de serviços; e IV - realização de obras.

7.22.3. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o artigo 75, II, da Lei nº 14.133/21 serão efetuados no âmbito do Confere, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da nota fiscal com o ateste do recebimento definitivo no setor Financeiro.

7.22.4. O Confere reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato do atesto, o material/serviço não estiver de acordo com as especificações apresentadas e aceitas.

7.22.5. A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome da CONTRATANTE.

7.22.6. Na Nota Fiscal emitida para a CONTRATANTE deverão constar os dados bancários para crédito/emissão da ordem bancária, contendo: código e nome do banco, número da agência (sem o dígito) e número da conta corrente (com o dígito).

7.22.7. Na efetivação do pagamento será efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições, de acordo com a IN nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil e suas alterações.

7.22.8. O boleto bancário das empresas Não Optantes do Simples Nacional deverá ser emitido no valor líquido, ou seja, excluído o valor de impostos, considerando que cabe ao Confere a retenção dos tributos federais, conforme legislação acima citada.

7.22.9. No caso da CONTRATADA ser optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES), deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições.

7.22.10. Caso não seja apresentada a Declaração de optante pelo Simples Nacional, a CONTRATANTE efetuará os recolhimentos, na forma da legislação, como não sendo optante pelo regime especial de tributação.

7.22.11. Caso haja incorreção no faturamento, os documentos de cobrança



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

serão devolvidos para regularização e pagos em até 72 horas, a contar da sua nova aceitação, não cabendo atualização financeira sob hipótese alguma.

7.23. É vedado à CONTRATADA, sob pena de rescisão do ajuste, negociar ou caucionar a Nota de Empenho recebida para fins de operação financeira, ainda que relacionada com o objeto da avença.

7.24. Constatada qualquer irregularidade nas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, os pagamentos serão sobrestados e a CONTRATADA será intimada a providenciar sua regularização.

7.25. Caso a situação não seja regularizada, a CONTRATANTE efetuará os pagamentos devidos, uma vez iniciado o procedimento de rescisão unilateral da avença, em face da configuração de inexecução do ajuste, com fundamento no art.147 ao 150, combinado com o art. 155 ao 163 da Lei 14.133/21.

Antecipação de pagamento

7.26. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

Cessão de crédito

7.27. Não será admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

8. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, nos termos do Art. 46, I da Lei 14.133/2021, considerando que o objeto é definido por escopo, com preço certo e total, incluindo todas as etapas de implantação, customização, treinamento e licenciamento do sistema.

8.3. O pagamento será realizado de forma mensal, após comprovação da execução dos serviços.



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

Exigências de habilitação

8.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital e Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.23. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.24.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.24.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.24.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.24.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.24.5. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

8.24. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.25. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

8.26. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.27. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

8.28. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.29. Será solicitado, caso necessário, ao licitante classificado em primeiro lugar que realize a apresentação do Sistema por meio de videoconferência. A sessão será previamente agendada e divulgada pelo órgão gerenciador, sendo a data e o horário informados no chat do pregão eletrônico, de modo a permitir a participação de todos os interessados.

8.29.1. Ressalta-se que a apresentação será integralmente gravada, e o respectivo link de acesso será posteriormente disponibilizado no próprio chat do certame.

8.30. Comprovação de aptidão para execução dos serviços de sistema de gestão de recursos humanos em ambiente web (SaaS), contemplando minimamente: folha de pagamento com e- Social, ponto eletrônico e portal do colaborador, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.30.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.30.1.1. Um ou mais atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da licitante, demonstrando que executa ou executou contratos em atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da presente contratação.

8.30.1.2. Comprovação da experiência mínima de 03 (três) anos; em conformidade com o § 5º do art. 67 da Lei n. 14.133/2021.

8.30.1.3. O(s) atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica deverá (ão) se referir a serviços prestados, no âmbito de sua atividade econômica principal e/ou secundária da licitante, especificada no contrato social, devidamente registrado na junta comercial competente, bem como no cadastro de pessoas jurídicas da Receita Federal do Brasil – RFB.

8.30.1.4. Os atestados deverão conter: a) Identificação do emitente (nome, CNPJ, endereço, contato) b) Descrição dos serviços executados c) Período de prestação d) Quantidade de usuários atendidos e) Identificação do responsável pela emissão.



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

8.30.2. Será admitida, para fins de comprovação do item 8.30.1.2., a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.30.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.30.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.31. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.31.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.31.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.31.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.31.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.31.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.31.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.31.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): **535.370,00**

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ **535.370,00** (quinhentos e trinta e cinco mil, trezentos e setenta reais), conforme custos unitários apostos na tabela dos itens 1.2 deste Termo de Referência com base na pesquisa de preço realizada entre 13/10/2025.

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados em dotação orçamentária própria do Conselho Federal dos Representantes Comerciais e de cada Conselho Regional participante, para o exercício de 2026.

10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação: 6.2.2.1.1.01.04.04.059 - Sistemas de Gestão Administrativo e Contábil

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Proposta Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Área Requisitante: Setor de Recursos Humanos.

Vânia Rita Feitosa da Silva

Assessora Contábil-Financeira Confere

VANIA RITA
FEITOSA DA
SILVA:91702380149

Assinado de forma digital
por VANIA RITA FEITOSA DA
SILVA:91702380149
Dados: 2026.02.23 09:54:30
-03'00'

Área Técnica de TIC: Setor Sup .Téc Infraestrutura

Igor Theodoro de Moura

Gerente Adjunto de TI Confere



Documento assinado digitalmente
IGOR THEODORO DE MOURA
Data: 23/02/2026 10:28:08-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Área de Planejamento: Setor Licitações

Samuel dos Santos

Assessor Técnico de Licitações Core-SP

SAMUEL DOS
SANTOS:3097348
4845

Assinado de forma digital por
SAMUEL DOS
SANTOS:30973484845
Dados: 2026.02.20 14:52:19
-03'00'



**CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
CONFERE**

ANEXO II

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS - CONFERE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º 00/2026

O CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS – Confere, com sede na no SBS, QDR 02, Bloco Q, Edifício João Carlos Saad – 14º andar, SLS. 1401 a 1406, Brasília – DF, CEP 70070-120, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 34.046.367/0001-68, neste ato representado(a) pelo seu Diretor-Presidente, XXXXX, qualificação, registrado no XXXXX sob nº XX.XXX/XXXX, portador da Carteira de Identidade nº XXXXXXXX, inscrito no CPF/MF sob o nº XXX.XXX.XXX-XX, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, nº xx/2026, processo administrativo nº 008/2025. RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de Preço para contratação de Gestão de capital Humano (HCM) objetivando a gestão unificada e integrada de administração de recursos humanos, folha de pagamento e demais workflows típicos da área, na modalidade SaaS – Software como Serviço, do inglês software as a Service, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, anexo do edital de Licitação nº xx/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.



**CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
CONFERE**

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Grupo 01							
Item do Termo de Referência	Fornecedor: (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)						
	Especificação	Unidade	Quantidade e Mínima	Quantidade e Máxima	Valor Unitário	Valor Mensal	Valor Anual
01	Contratação do Software de Folha de Pagamento visa automatizar e integrar de forma completa os processos de cálculo de salários, encargos sociais, impostos, benefícios e demais obrigações trabalhistas, garantindo plena conformidade com a legislação vigente e uma transição eficiente para o eSocial.	Licença / Mensal	12	144	XXX	XXX	XXX
02	A contratação do módulo de Portal do Colaborador visa criar uma plataforma digital onde os	Licença / Mensal	12	120	XXX	XXX	XXX



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

	folgas e outros serviços relacionados ao RH. Este portal será um ponto de interação entre os funcionários e a equipe de RH, proporcionando autonomia aos colaboradores e otimizando o processo de comunicação interna.						
03	A contratação do módulo de Controle de Ponto visa centralizar e automatizar o registro da jornada de trabalho dos colaboradores, incluindo a marcação de presença ou o registro completo, com entradas, saídas, intervalos e horas extras. O módulo deve garantir o monitoramento eficiente dos horários, conformidade com as normas trabalhistas e a geração de relatórios detalhados para a área de RH, assegurando fácil acesso aos dados para gestores e colaboradores. Integração sistema folha.	Licença / Mensal	12	120	XXX	XXX	XXX



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

04	Migração e Implantação	Unidade	1	11	XXX	XXX	XXX
----	------------------------	---------	---	----	-----	-----	-----

2.2. O valor total estimado da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ xx.xxx.xxx,xx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx).

2.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o Conselho Federal dos Representantes Comerciais – Confere, UASG: 389047.

3.2. Órgão participante serão:

3.2.1. Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado da Bahia – Core-BA, UASG: 926771;

3.2.2. Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado do Ceará – Core-CE, UASG: 926712;

3.2.3. Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Distrito Federal – Core-DF, UASG: 926743;

3.2.4. Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado de Minas Gerais – Core-MG, UASG: 926438;

3.2.5. Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado do Pará – Core-PA, UASG: 926742;

3.2.6. Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado do Paraná – Core-PR, UASG: 926647;

3.2.7. Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado do Rio de Janeiro – Core-RJ, UASG: 389063;

3.2.8. Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado de Rondônia – Core-RO, UASG: 926667;

3.2.9. Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado de Santa Catarina – Core-SC, UASG: 389067;

3.2.10. Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado de São Paulo – Core-SP, UASG: 926753;



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

3.2.11. Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado do Tocantins – Core-TO, UASG: 926673.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, **somente os órgãos e as entidades do sistema Confere/Cores** que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participante, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **cinquenta por cento dos quantitativos dos itens** do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, **podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.**



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto **no edital** e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

5.5. O registro a que se refere o item **5.4.2** tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item **5.4.2.2** somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos **no edital**; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item **5.7**, observando o item **5.7** e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item **5.4.2.1**, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos **do edital**, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da **alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;**

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação, o caso, o Índice Nacional



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), pois é o que mais se adequa à contratação em tela.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata,



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item **9.1**, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item **5.7**.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item **8.3**, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item **9.1** será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas **no edital**.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item **9.1**, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 01 (uma) via de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada eletronicamente pelas partes.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s)
fornecedor(s) registrado(s)



**CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
CONFERE**

**ANEXO
CADASTRO RESERVA**

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Grupo 01							
Item do Termo de Referência	Fornecedor: (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)						
	Especificação	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Valor Mensal	Valor Anual

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Grupo 01							
Item do Termo de Referência	Fornecedor: (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)						
	Especificação	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Valor Mensal	Valor Anual

Timbrado da Licitante

ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA

Complementação da proposta de preços apresentada via sistema informatizado

Ao
Conselho Federal dos Representantes Comerciais – Confere.

UASG: 389047 – Pregão Eletrônico nº 900___/2026.

Assunto: complementação da proposta de preços apresentada via sistema informatizado, pregão eletrônico nº 900.../2026 – para o

Prezado Senhor,

Em complemento a proposta apresentada via sistema, confirmo nossos dados e ratifico as informações prestadas via sistema.

1. Identificação da empresa:

Razão Social:		
Endereço Completo:		
CNPJ n.º:		
Inscrição Estadual n.º:		Inscrição Municipal n.º:
Fone: ()		e-mail:
Banco:	Agência:	Conta com dígito:

2. Identificação do Proprietário/Representante Legal:

Nome:		
Endereço Completo:		
CPF n.º: XXX.***.***-XX	RG n.º: XX.***.***-XX	Órgão Emissor/UF:
Contato: ()	e-mail:	

Timbrado da Licitante

3. Proposta de preços/lances apresentado no sistema:

GRUPO 01						
Item	Descrição	Catser	Unidade Medida	Quant.	Valor Estimado Unitário	Valor Estimado Total
01	A contratação do Software de Folha de Pagamento visa automatizar e integrar de forma completa os processos de cálculo de salários, encargos sociais, impostos, benefícios e demais obrigações trabalhistas, garantindo plena conformidade com a legislação vigente e uma transição eficiente para o eSocial.	26077	Licença / Mensal	144	R\$	R\$
02	A contratação do módulo de Portal do Colaborador visa criar uma plataforma digital onde os colaboradores possam acessar informações relacionadas à sua gestão, como dados pessoais, contracheques, histórico de férias, solicitações de folgas e outros serviços relacionados ao RH. Este portal será um ponto de interação entre os funcionários e a equipe de RH, proporcionando autonomia aos colaboradores e otimizando o processo de comunicação interna.			120	R\$	R\$
03	A contratação do módulo de Controle de Ponto visa centralizar e automatizar o registro da jornada de trabalho dos colaboradores, incluindo a marcação de presença ou o registro completo, com entradas, saídas, intervalos e horas extras. O módulo deve			120	R\$	R\$

Timbrado da Licitante

	garantir o monitoramento eficiente dos horários, conformidade com as normas trabalhistas e a geração de relatórios detalhados para a área de RH, assegurando fácil acesso aos dados para gestores e colaboradores. Integração sistema folha.					
04	Migração e Implantação.		Unidade	11	R\$	R\$

Valor total: R\$ XXX,XX (por extenso)

4. Mês de referência dos preços: março/2026

APAGAR

Observação: essa tabela não é uma nova oportunidade para apresentação da proposta, mas de ratificar a proposta apresentada via sistema, a qual a licitante está vinculada, com a sua participação voluntária.

5. Declaramos que esta proposta tem validade pelo prazo de **90 (noventa) dias**, contados da data de realização da licitação, e que concordamos com todas as condições estabelecidas no Edital e respectivo Anexo.

6. Em virtude das regras da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral da Proteção de Dados - LGPD), na qualidade de representante legal, **AUTORIZO** a divulgação dos meus dados pessoais na Plataforma de Compras Governamentais (Compras.gov.br), por ocasião da participação no pregão eletrônico SRP ao qual esta proposta vincula-se.

6.1. Quanto aos dados pessoais que constarão no contrato/ata, no caso de êxito na licitação:

- () Autorizo a divulgação no Site do Confere (Portal da Transparência).
- () **NÃO** autorizo a divulgação no Site do Confere (Portal da Transparência).

7. Declaramos estar cientes que:

Timbrado da Licitante

7.1. Os valores indicados no contrato remuneram todos os elementos requeridos para o fornecimento do objeto, incluindo mão de obra, tributos incidentes e demais despesas, constituindo-se assim, a única remuneração devida pelos trabalhos contratados.

7.2. O pagamento dos serviços contratados será realizado em até **10 (dez) dias úteis**, via depósito bancário, após a apresentação do documento de cobrança (nota fiscal, nota fiscal simplificada, documento auxiliar da nota fiscal eletrônica – Danfe, fatura, fatura comercial e outros) pela contratada.

7.3. O Confere reterá dos valores faturados os tributos correspondentes ao objeto contratado e os recolherá diretamente aos cofres públicos, como determina a Lei Federal nº 9.430/96, regulamentada pela Instrução Normativa SRF nº 1.234 de 12/01/2012 e suas alterações, nas alíquotas constantes no Anexo I da referida Instrução Normativa.

Cidade/UF, data e hora conforme assinatura eletrônica.¹

"de preferência assinatura eletrônica"

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

Nome completo do Responsável pela Empresa

¹Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

APAGAR

NOTA INFORMATIVA: Recomendamos a assinatura eletrônica gratuita disponível no link: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/assinatura-eletronica>

A assinatura eletrônica permite que você assine um documento em meio digital a partir da sua conta gov.br. O documento com a assinatura digital tem a mesma validade de um documento com assinatura física e é regulamentado pelo Decreto Nº 10.543, de 13/11/2020.



**CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
CONFERE**

ANEXO IV

CONTRATO Nº XX/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº
002/2025 PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº
XXXXX/2026 RUBRICA
6.2.2.1.1.01.04.04.026

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/2026, QUE
FAZEM ENTRE SI O CONSELHO FEDERAL DOS
REPRESENTANTES COMERCIAIS - CONFERE, E A
EMPRESA _____.

O CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS - CONFERE,
Entidade fiscalizadora do exercício profissional, criado pela Lei nº 4.886/65, inscrito no
CNPJ sob o nº. 34.046.367/0001-68, com sede no SBS, Quadra 2, Bloco Q, Edifício João
Carlos Saad, 14º andar, sls.1401 a 1406, CEP: 70070-120, Brasília – Distrito Federal, neste
ato representado pelo seu Diretor-Presidente, _____,
doravante denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa,
_____, doravante denominada **CONTRATADA**,
tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 002/2025 – Processo SEI nº
00.000044/2025 – e do ato que adjudicou e homologou a licitação, resolvem celebrar o
presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº XX/2026, o qual será
regulado pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas aplicáveis,
notadamente aquelas referidas nas cláusulas contratuais, pelos preceitos de direito público,
e, supletivamente, pelos princípios da teoria geral dos contratos e pelas disposições de
direito privado, e mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Contratação de Gestão de capital Humano (HCM) objetivando a gestão unificada e
integrada de administração de recursos humanos, folha de pagamento e demais workflows
típicos da área, na modalidade SaaS – Software como Serviço, do inglês software as a
Service.



**CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
CONFERE**

GRUPO 01					
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor mensal	Valor anual
1	A contratação do Software de Folha de Pagamento visa automatizar e integrar de forma completa os processos de cálculo de salários, encargos sociais, impostos, benefícios e demais obrigações trabalhistas, garantindo plena conformidade com a legislação vigente e uma transição eficiente para o eSocial.	Licença/Mensal	12	R\$	R\$
2	A contratação do módulo de Portal do Colaborador visa criar uma plataforma digital onde os colaboradores possam acessar informações relacionadas à sua gestão, como dados pessoais, contracheques, histórico de férias, solicitações de folgas e outros serviços relacionados ao RH. Este portal será um ponto de interação entre os funcionários e a equipe de RH, proporcionando autonomia aos colaboradores e otimizando o processo de comunicação interna	Licença/Mensal	12	R\$	R\$
3	A contratação do módulo de Controle de Ponto visa centralizar e automatizar o registro da jornada de trabalho dos colaboradores, incluindo a marcação de presença ou o registro completo, com entradas, saídas, intervalos e horas extras. O módulo deve garantir o monitoramento eficiente dos horários, conformidade com as normas trabalhistas e a geração de	Licença/Mensal	12	R\$	R\$

Contrato nº XX/2026

Endereço: SBS, QDR 02, Bloco Q, Edifício João Carlos Saad – 14º andar, SLS. 1401 a 1406

CEP 70070-120 - Tel.: (61) 3225-3663

E-mail: confere@confere.org.br – Site: www.confere.org.br



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

	relatórios detalhados para a área de RH, assegurando fácil acesso aos dados para gestores e colaboradores. Integração sistema folha.				
4	Migração e Implantação.	Unidade	01	R\$	R\$

1.2. A execução do contrato e de seu objeto observará integralmente as seguintes normas, documentos e atos administrativos:

I - Leis nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável;

II - aos documentos e peças que instruem o processo de licitação, que ficam fazendo parte integrante do CONTRATO, independentemente de transcrição, especialmente:

a) Edital do Pregão Eletrônico nº xx/2026 e seus Anexos;

b) Termo de referência;

c) Proposta da CONTRATADA;

d) atos da Comissão de Contratação e/ou Pregoeiro alusivos aos exames, avaliação e julgamento das Propostas;

e) Ata de Registro de Preços nº xx/2026, firmada entre o CONFERE e a CONTRATADA;

III - Termo de Homologação do Pregão xx/2026, datado de xxxxxx, do Diretor-Presidente do CONFERE.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESPECIFICAÇÃO DOS MÓDULOS

2.1. A especificação dos módulos, bem como os requisitos da contratação, encontra-se no item 4 do Termo de Referência.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado de forma sucessiva, conforme a necessidade da Administração e desde que mantidas as condições que a justifiquem, observando-se o limite máximo de 10 (dez) anos para contratações de prestação contínua, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

3.2. A prorrogação de que trata a subcláusula 3.1 é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a CONTRATADA.

3.3. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando a CONTRATADA tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO

4.1. O valor mensal da contratação será o total de R\$ _____ (_____), considerando os quantitativos previstos no Termo de Referência seguindo a tabela do item 1.1 deste contrato.

4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive:

- a) tributos e/ou impostos;
- b) encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes;
- c) taxa de administração;
- d) frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado na forma, prazos e condições estabelecidos no Termo de Referência (item 7).

5.2. Havendo controvérsia quanto à execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade ou quantidade, será pago à CONTRATADA o valor correspondente à parcela incontroversa, nos termos do art. 143 da Lei nº 14.133/2021.

6. CLÁUSULA SEXTA - DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E DE GESTÃO CONTRATUAIS

6.1. O modelo de execução (item 5 do TR), o modelo de gestão e fiscalização contratuais (item 6 do TR), estão definidos no Termo de Referência.



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1. Não será admitida a subcontratação, total ou parcial, do objeto contratado, devendo todos os serviços ser executados diretamente pela empresa contratada, sob sua exclusiva responsabilidade técnica, operacional, trabalhista e legal.

8. CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE

8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data da assinatura deste instrumento contratual.

8.2. Será adotado como índice de reajuste do Contrato o Índice de Custos de Tecnologia da Informação – ICTI, com data-base vinculada à data do orçamento estimado.

8.3. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s). Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

8.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

8.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.7. O reajuste será realizado por apostilamento.



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

9. CLÁUSULA NONA – DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do ano corrente do Confere e dos Cores participantes.

9.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: CONFERE.

II) Fonte de Recursos: Recursos próprios.

III) Elemento de Despesa: 6.2.2.1.1.01.04.04.059 - Sistemas de Gestão Administrativo e Contábil

V) Plano Interno: Documento de Formalização da Demanda nº 26/2025.

9.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação do orçamento da respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

9.4. Em havendo a necessidade de um saldo maior, após o processo licitatório será realizada transposição orçamentária a fim de cobrir esses gastos.

9.5. Cronograma físico - financeiro:

9.5.1. Início da prestação do serviço em até 10 dias corridos após assinatura do contrato.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1. Exigir o fiel cumprimento do contrato, de acordo com as especificações técnicas, funcionais e operacionais estabelecidas no Termo de Referência nº 0008/2025 e na proposta vencedora;

10.2. Acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução contratual, por meio de fiscal(is) e gestor(es) formalmente designados, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, registrando ocorrências, glosas, determinações e comunicações formais;

10.3. Atestar a execução dos serviços e a conformidade da solução contratada, especialmente quanto ao atendimento integral dos requisitos funcionais, de segurança da informação, de disponibilidade e de desempenho definidos no Termo de Referência;

10.4. Efetuar os pagamentos devidos, na forma, prazos e condições estabelecidos no contrato e no Termo de Referência, após o regular ateste da execução, observadas as retenções legais;



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

- 10.5. Fornecer à CONTRATADA as informações, dados, acessos e documentos necessários à adequada implantação, parametrização e operação da solução, observados os limites legais e as políticas internas de segurança da informação;
- 10.6. Comunicar formalmente à CONTRATADA quaisquer irregularidades verificadas na execução contratual, fixando prazo para saneamento, quando cabível, sem prejuízo da aplicação das sanções legais;
- 10.7. Não praticar atos de ingerência na gestão técnica, operacional, administrativa ou trabalhista da CONTRATADA, limitando-se ao acompanhamento, fiscalização e controle dos resultados contratados;
- 10.8. Analisar pedidos de repactuação, reajuste ou reequilíbrio econômico-financeiro, quando formalmente apresentados e devidamente instruídos, nos prazos e condições previstos em lei;
- 10.9. Providenciar a publicação do extrato do contrato e de seus aditivos no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, nos termos da legislação vigente;
- 10.10 Assegurar o cumprimento da legislação de proteção de dados pessoais, no âmbito de suas atribuições como controlador, cooperando com a CONTRATADA para a mitigação de riscos e a resposta a incidentes de segurança, quando aplicável.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 11.1. Executar integralmente o objeto contratado, fornecendo solução tecnológica de Gestão de Capital Humano (HCM), na modalidade SaaS, com todos os módulos, funcionalidades, integrações, níveis de serviço, requisitos legais e padrões de qualidade definidos no Termo de Referência nº 0008/2025;
- 11.2. Realizar a implantação, parametrização, migração de dados, treinamentos e entrada em produção da solução, observando o cronograma pactuado e garantindo a continuidade dos serviços de Recursos Humanos do CONTRATANTE;
- 11.3. Manter a solução permanentemente atualizada em relação à legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e às exigências do eSocial, sem ônus adicional ao CONTRATANTE;
- 11.4. Assegurar a disponibilidade, desempenho, integridade, confidencialidade e rastreabilidade dos dados, adotando mecanismos de segurança da informação, autenticação, criptografia, controle de acessos e trilhas de auditoria, conforme previsto no Termo de Referência;



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

- 11.5. Prestar suporte técnico contínuo, manutenção corretiva, preventiva e evolutiva, durante toda a vigência contratual, observados os níveis de serviço (SLA) e os prazos de atendimento e solução definidos no Termo de Referência;
- 11.6. Não subcontratar, total ou parcialmente, o objeto contratado, executando diretamente todos os serviços, sob sua exclusiva responsabilidade técnica, operacional, trabalhista, previdenciária, fiscal e civil;
- 11.7. Manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas, comunicando imediatamente ao CONTRATANTE qualquer alteração societária, técnica ou operacional relevante;
- 11.8. Designar preposto formalmente aceito pelo CONTRATANTE, responsável pela interlocução técnica e administrativa, com poderes suficientes para representar a CONTRATADA na execução do contrato;
- 11.9. Observar integralmente a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), atuando como operadora de dados, tratando dados pessoais exclusivamente para as finalidades contratuais, adotando medidas técnicas e administrativas adequadas à proteção contra acessos não autorizados, vazamentos ou incidentes de segurança;
- 11.10. Comunicar imediatamente ao CONTRATANTE a ocorrência de incidente de segurança da informação ou violação de dados pessoais, indicando, no mínimo, a natureza dos dados afetados, os riscos envolvidos e as medidas corretivas adotadas;
- 11.11. Garantir a reversibilidade e portabilidade integral dos dados, ao término da vigência contratual, disponibilizando-os em formato aberto, estruturado e auditável, sem custos adicionais ao CONTRATANTE;
- 11.12. Manter sigilo absoluto sobre informações, dados, documentos e rotinas internas do CONTRATANTE a que tiver acesso em razão da execução do contrato, mesmo após o seu encerramento;
- 11.13. Responder por todos os danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis;
- 11.14. Cumprir integralmente a legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e de segurança do trabalho, não se estabelecendo qualquer vínculo empregatício entre seus empregados, prepostos ou colaboradores e o CONTRATANTE;



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

11.15. Não empregar trabalho infantil, irregular ou em condições análogas à de escravo, observando integralmente a legislação de proteção ao trabalho e aos direitos humanos.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. A CONTRATADA será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações, na forma do art. 155 da Lei nº 14.133/21:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções, na forma do art. 156 da Lei nº 14.133/21:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. Para aplicação das sanções, será observado o disposto no § 2º do art. 156 ao art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA REVISÃO

13.1. Fica prevista a possibilidade de revisão do ajuste para restaurar o seu equilíbrio econômico-financeiro, quando comprovada a sua ruptura por fato imprevisível e inevitável (álea extraordinária), a ser formalizado via aditivo contratual.

13.2. O prazo para o aceite ao pedido de revisão por parte da administração será de até 10 (dez) dias úteis.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

14.1. A inexecução total ou parcial do ajuste enseja a sua rescisão, sem prejuízo das penalidades previstas neste Termo de Referência.

14.2. O ajuste será rescindido pelo CONTRATANTE, se verificada a ocorrência de quaisquer das hipóteses elencadas no artigo 137 da Lei nº 14.133/21.

14.3. A rescisão será formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.4. O ajuste será rescindido caso o CONTRATANTE verifique que a qualidade dos serviços fornecidos pela CONTRATADA esteja fora das especificações necessárias.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO

15.1. Este contrato vincula-se:

I - às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e legislação infralegal aplicável;

II - aos documentos e peças que instruem o processo de licitação, dentre esses:

- a) Edital da Licitação;
- b) Termo de referência;
- c) Proposta da Contratada;
- d) atos da Comissão de Contratação alusivos aos exames, avaliação e julgamento das Propostas;



**CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
CONFERE**

III - atos que adjudicarem o objeto e homologarem a licitação e autorizarem a contratação, a saber: (Identificar);

IV - outros atos relacionados à licitação (se houver).

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

16.1. O contrato poderá ser alterado na forma do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, à luz da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

19. CLÁUSULA NONA – DO FORO

19.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal – Seção Judiciária do Distrito Federal, para dirimir questões oriundas desta contratação.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

Brasília/DF, _____ de _____ de 2026.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: _____

Nome: _____

CPF: _____

CPF: _____



TERMO DE COMPROMISSO E MANUTENÇÃO DE SIGILO

Eu, [NOME COMPLETO], [cargo, função/setor onde trabalha], [nº CPF], declaro estar ciente da habilitação a ser conferida a mim para manuseio das Bases de dados do Conselho Federal dos Representantes Comerciais, decorrente do contrato a ser firmado pelo [NOME DO ÓRGÃO OU ENTIDADE], conforme **Processo 0XX/20XX**.

No tocante às atribuições a mim conferidas, no âmbito do Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo acima referido, comprometo-me a:

- a) Manusear a base de dados apenas por necessidade de serviço, ou em caso de determinação expressa, desde que legal, de superior hierárquico;
- b) Manter a absoluta cautela quando da exibição de dados em tela, impressora, ou, ainda, na gravação em meios eletrônicos, a fim de evitar que deles venham a tomar ciência pessoas não autorizadas;
- c) Utilizar a base de dados estritamente conforme descrito e definido no instrumento de cooperação para disponibilização de dados;
- d) Manter sigilo dos dados ou informações sigilosas obtidas por força de minhas atribuições, abstendo-me de revelá-los ou divulgá-los, sob pena de incorrer nas sanções civis e penais decorrentes de eventual divulgação; e
- e) Não repassar a outrem a base de dados em formato identificado.

Brasília/DF, *data conforme assinatura eletrônica*.

[NOME COMPLETO]
[CARGO / NOME DO ÓRGÃO]